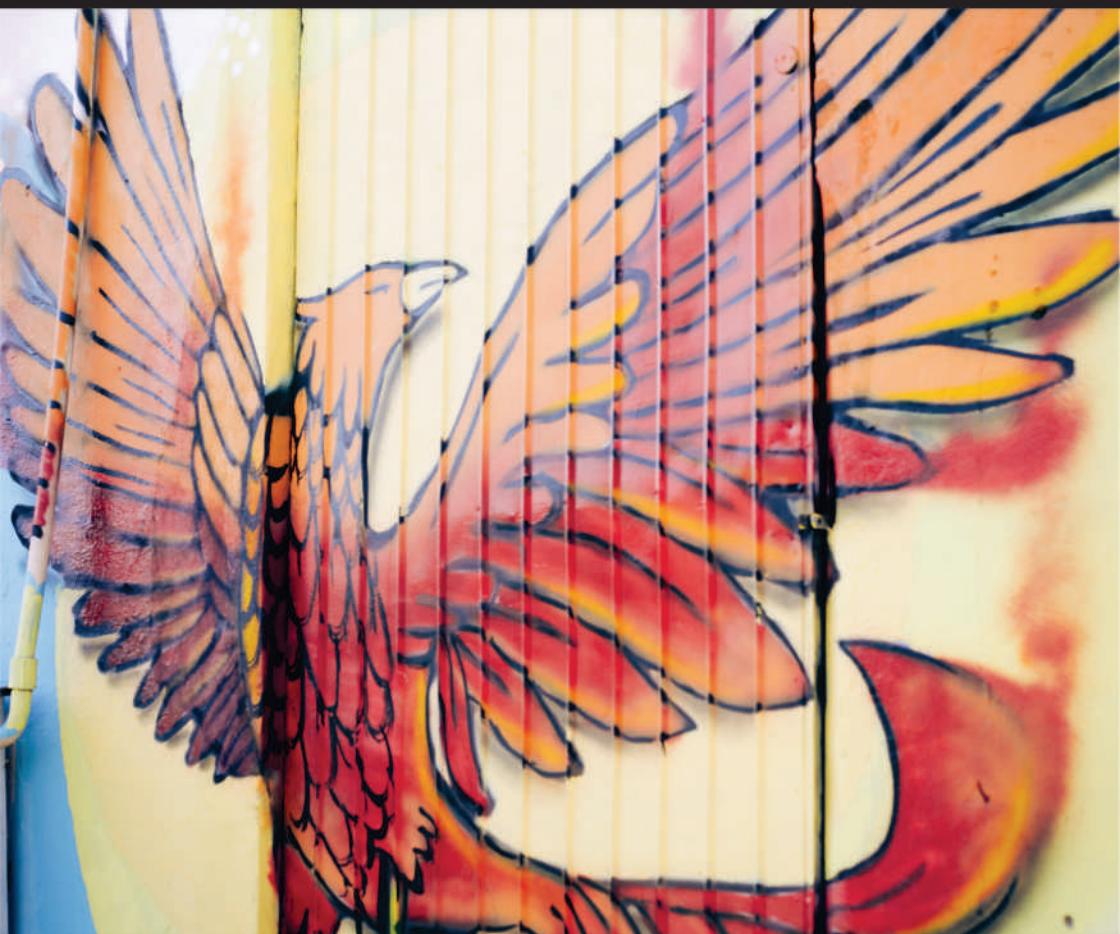


COVID-19

PENSAMENTO E RESISTÊNCIA CONTRIBUIÇÕES DA SAÚDE COLETIVA

E-book – 2ª edição



**Jaqueline Miotto Guarnieri
Renata Riffel Bitencourt
Aline Blaya Martins
Guilherme Lamperti Thomazi
Luciane Maria Pilotto
Alcindo Antônio Ferla
(orgs.)**

**Covid-19,
pensamento e resistência:
contribuições da Saúde
Coletiva**

**E-book
2ª edição**



**São Leopoldo
2022**

© Dos autores – 2022

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Fotografias: Isabelle Rieger

Ilustrações: Yasmin Muniz

Revisão: Rui Bender

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza M. Harres (Unisinós)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

C873 Covid-19, pensamento e resistência: contribuições da saúde coletiva. 2. ed.; E-book. / Organizadores: Jaqueline Miotto Guarnieri *et al.* – São Leopoldo: Oikos, 2022.
228 p.; il. color.; 14,8 x 21 cm.
ISBN 978-65-5974-094-9
1. Saúde Coletiva. 2. Saúde Coletiva – Pandemia. 3. Saúde Coletiva _ Pandemia – Covid. I. Guarnieri, Jaqueline Miotto. II. Bitencourt, Renata Riffel. III. Martins, Aline Blaya. IV. Thomazi, Guilherme Lamperti. V. Pilotto, Luciane Maria. VI. Ferla, Alcindo Antônio.

Catalogação na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184 ^{CDU 614}

A pandemia em comunidades vulnerabilizadas: um ensaio crítico

Vanessa Cristina Vieira Nemos

Jaqueline Miotto Guarnieri

Renata Riffel Bitencourt

Fabiano Almeida Negreiros

Luciane Maria Pilotto

Aline Blaya Martins

Introdução

No início de 2020, o mundo foi surpreendido por uma pandemia de proporções extraordinárias, que levaram a uma reorganização da vida como conhecemos, seja social ou economicamente (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA [UFPR], 2020). As dificuldades, que já não eram novidade em um país marcado pela desigualdade, foram exacerbadas. O aumento do desemprego, de pessoas vivendo em situação de rua, aliado à insegurança alimentar e às condições precárias de saneamento básico e moradia nos bairros mais pobres das capitais, fizeram eclodir e escancarar todos os problemas que não faziam parte da agenda do governo federal (BUCKERIDGE; PHILIPPI JUNIOR, 2020; UFPR, 2020). Somam-se ainda o negacionismo sobre a gravidade da situação, a falta de condução e coordenação das crises (sanitária, econômica, humanitária...), os ataques à ciência e a negligência para com a população, elementos que deixaram visível a relação harmoniosa entre o neoliberalismo e a máquina de morte, subordinando as vidas e as relações sociais à lógica do mercado (VIVEIROS DE CASTRO, 2019; GUARNIERI *et al.*, 2021).

Além de atingir principalmente as populações já vulnerabilizadas, que não tiveram possibilidade de seguir as orientações de cuida-

dos, seja por precisar seguir trabalhando e compartilhando o transporte coletivo lotado para seu deslocamento ou até mesmo por não ter como conseguir alimentar-se, quem dirá trocar de máscaras constantemente, acabou incitando a descrença e a manutenção dos privilégios, uma vez que contou com um franco estímulo das classes dominantes para a reabertura do comércio, para a negligência com prevenção e cuidados diante da “gripezinha” e com a viabilização do distanciamento social (LEHER, 2020; LIMA *et al.*, 2020; RODRIGUES *et al.*, 2021).

Organizações globais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU), já vinham alertando desde o início da pandemia sobre a necessidade de comprometimento por parte dos Estados, que deveriam assumir o controle da situação, começando por prover renda e auxílios destinados às populações vulnerabilizadas. Essa proposta encontrou ampla resistência por parte do governo brasileiro, que inicialmente decretou auxílio emergencial em poucas parcelas e totalmente a contragosto de seus governantes, sendo que o valor sempre foi aquém do necessário para a sobrevivência. A proposta do executivo era de R\$ 200,00, e devido à oposição junto à atuação do Congresso Nacional, houve o aumento desse valor para R\$ 600,00, ainda que se tenha a compreensão da absoluta insuficiência desses recursos para atender minimamente a dignidade das famílias que compõem os grupos populacionais desfavorecidos no país.

Sem medidas que serviriam de alicerce para tantas famílias, que perderam seus entes provedores de recurso financeiro ou perderam seus empregos durante a pandemia, a situação tornou-se desumana (SOARES *et al.*, 2020).

Diante da ineficiência das manobras desencadeadas pelo governo federal, os estados e as prefeituras das cidades, fez-se necessária a ação de Organizações Não Governamentais (ONG), de movimentos comunitários e outros projetos sociais independentes, que auxiliaram as pessoas em situações mais críticas durante a pandemia (SOARES *et al.*, 2020). O descaso e a incapacidade do Estado em dar respostas efetivas às necessidades das comunidades exigiram que as mesmas se reinventassem para proteger os seus durante a pandemia. Diante disso, o

objetivo deste ensaio teórico conceitual consistiu em, através de uma revisão da literatura e de notícias publicadas em mídias abertas, analisar os impactos da Covid-19 e reunir informações sobre as ações de enfrentamento em comunidades vulnerabilizadas no Brasil e, mais especificamente, em Porto Alegre/RS.

Contextualizações necessárias sobre o Covid-19

Descrever o cenário do novo coronavírus supõe expor o seu surgimento, bem como seu diagnóstico, sua transmissibilidade, e verificar quais medidas de defesa foram e estão sendo propostas pelas autoridades sanitárias no combate ao novo vírus. A epidemia de Covid-19 iniciou na cidade de Wuhan, na China, em 2019 e alastrou-se rapidamente pelo mundo todo.

Inicialmente, muito pouco se sabia da origem, fisiopatologia, testes, prevenção e manejo dessa doença. Nesse cenário, acreditava-se que a pandemia poderia ser um fenômeno supostamente democrático, que prejudicaria todas as nações da mesma forma, apenas evidenciando as mazelas de uma ordem social neoliberal perversa já instituída (GAGO; CAVALLERO, 2020). No entanto, a análise mostrou-se ora lúcida, ora precipitada, uma vez que realmente a perversidade do capitalismo vigente foi exposta, mas se viu que, além da distribuição em todos os continentes, pouco houve de democrático na distribuição epidemiológica do contágio, do cuidado e dos óbitos pela doença.

Tal fato ficou marcado pelo acúmulo de barreiras e dificuldades impostas aos bairros pobres, periferias e favelas, que tiveram que somar às dificuldades cotidianas as barreiras de acesso à testagem diagnóstica, a necessidade do uso de máscara e álcool, a lavagem de mãos (onde não há espaço nem saneamento e muitas vezes nem água) (VELOSO, 2021; DOMINGUEZ; KLINK, 2021). Consequência óbvia, também ficou marcada nos corpos e almas dos moradores dessas localidades que pouco fazem ideia de que se perderam mais familiares e vizinhos nas favelas brasileiras do que em países inteiros da Europa. Apesar desses impactos gigantescos gerados pela pandemia, a maioria dessas pessoas não tem tempo para pensar nisso, situação

compreensível quando se tem que garantir o prato de comida do dia (THUSWOHL, 2021).

A pandemia da Covid-19 mostrou-se um dos grandes problemas sanitários em equivalência global deste século devido ao grande prejuízo que causou no mundo inteiro e acabou nos mostrando o quanto não podemos prever absolutamente nada do futuro (WERNECK; CARVALHO, 2020).

No Brasil, em 26 de fevereiro de 2020, aconteceu o primeiro relato de Covid-19, fazendo com que o país entrasse em estado de alerta. A partir disso, houve uma progressão da evolução de contágio e de óbitos, que sucessivamente foi causando comoção e alerta. Ainda em 2020, pesquisadores chamavam a atenção para a notificação de mais de 1 milhão de casos e 50.000 mortes, que, mesmo com falhas na testagem e nas notificações, faziam do Brasil naquele momento o segundo país com o maior número de casos e mortes em todo o mundo. Na época, o número de casos aumentava progressivamente, escancarando a letalidade e o estrago que o vírus causava, destruindo inúmeras lares e famílias (SILVA; JARDIM; SANTOS, 2020), o que hoje se sabe que não perfaz nem 10% da tragédia que viria a acometer o país.

A Covid-19 reforçou e mostrou as adversidades do povo brasileiro de acordo com os graus de desigualdade social, levando a manifestar problemas encobertos ao redor da vulnerabilidade social em diversas classes da sociedade brasileira, que necessitam inúmeras vezes dos serviços públicos ou do sistema de proteção social e que, muitas vezes, não conseguem acesso a esses serviços (SOARES *et al.*, 2020). Essas necessidades denunciam problemas estruturais, como fome, (in)segurança pública, frágil educação, entre outros fatores. Entretanto, aceitar e dizer que o vírus seja o único e exclusivo responsável pelas dificuldades econômicas e sociais que encontramos até o momento, bem como pelas dificuldades que virão, é rejeitar o cenário anterior da economia brasileira (UFPR, 2020).

As diferenças sociais permanentes no país trouxeram complicações e consequências adicionais na execução de regras sanitárias recomendadas pela OMS e pela administração pública. Principalmente nas comunidades urbanas, onde seus habitantes não têm o adequado pro-

vimento de serviços de saneamento, água, oportunidade de trabalho que permita o isolamento social e ainda são esmagados em estreitas moradias e vielas. Além do que, com a baixa renda e o aumento dos preços dos produtos, inviabiliza-se o adequado acesso a itens de higiene, como sabonetes e álcool, além de itens de alimentação básica, vestimentas, entre outros, que são tão importantes à sobrevivência digna (FREITAS; SILVA; CIDADE, 2020).

Na prefeitura de Porto Alegre, chegou-se a discutir propostas como renda mínima para as pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como a necessidade de ampliar e reestruturar as políticas públicas de auxílio a essas pessoas, porém não passaram da retórica. A nível estadual, teve-se a aprovação da Lei nº 15.604, de 12 abril de 2021, instituindo o apoio à atividade econômica e de proteção social, dando início ao chamado “Auxílio Emergencial Gaúcho” (RIO GRANDE DO SUL, 2021a). Esse programa disponibilizaria em torno de R\$ 107 milhões de reais para setores mais afetados pela pandemia, contemplando entre eles mulheres chefes de família em situação de extrema pobreza não atendidas pelo Bolsa Família nem pelo Auxílio Emergencial Federal. Nesse montante, que seria aportado pelo governo do Estado, 7 milhões vieram da Assembleia Legislativa para o financiamento do auxílio emergencial gaúcho, fazendo com que esse benefício chegasse ao alcance de um número maior de pessoas. Além das mulheres chefes de família, também deveriam ser contemplados trabalhadores e estabelecimentos que foram os mais atingidos pela pandemia (RIO GRANDE DO SUL, 2021b). Contudo, o auxílio não chegou a muitas famílias gaúchas, sendo que, em agosto de 2021, o auxílio emergencial gaúcho, que prometia beneficiar 8,1 mil mulheres, havia chegado a apenas 695 (GOMES, 2021).

Já o auxílio emergencial do governo federal, mencionado anteriormente, esteve em disputa política durante todo o período da pandemia (MORTARI, 2021; SANTA’ANA, 2021; CRUZ, 2021). Esse benefício em tese seria pago às famílias que apresentassem uma renda mensal total de até três salários mínimos, contando que a renda por pessoa na família fosse inferior a meio salário mínimo, e não se somaria a quaisquer outros benefícios, tais como o Bolsa Família, permane-

cendo apenas o benefício de maior valor. No ano de 2020, depois de ampla disputa política entre Executivo e Legislativo foram disponibilizadas cinco parcelas com o valor de R\$ 600,00 ou R\$ 1.200,00 para mães chefes de família. Ao acabarem essas cinco parcelas, o benefício foi ampliado até 31 de dezembro de 2020, compondo até quatro parcelas de R\$ 300,00 e R\$ 600,00. Por ter dado mais popularidade e avaliações positivas ao governo, no ano de 2021 foram aprovadas mais três parcelas, porém com valor ainda mais reduzido, R\$ 150,00 e R\$ 375, 00, de acordo com o perfil de cada pessoa (BRASIL, 2021). Além de serem valores insuficientes para o sustento das famílias, muitos que necessitavam não foram beneficiados.

Porém, o vírus tem mostrado as contradições do país, ou seja, cobra de uma pessoa que não tem direito a água nem acesso a água encanada que lave as mãos constantemente, para um desempregado que fique em casa. Um país que nega direitos básicos impõe perigo e riscos e exige uma prevenção que não dá condições mínimas de execução. Assim, a lavagem das mãos, amplamente divulgada como uma das principais formas de prevenir contra o coronavírus, transformouse em mais um desafio. A perversidade repetiu-se na exigência de isolamento, um momento de aflição para aqueles que precisavam buscar seu sustento e que necessitavam da movimentação nas cidades para assegurar a sua própria sobrevivência e a de sua família. Grande parte da população brasileira, ou seja, aqueles trabalhadores de baixa renda, foi a mais atingida pelos impactos diretos e indiretos da Covid-19, gerando o agravamento de muitos problemas para essas pessoas, tanto problemas físicos como psicológicos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA [ABRASCO], 2020).

Pessoas que são as maiores vítimas da desigualdade socioeconômica destinam-se a ter faticamente uma ocorrência diferente de propagação do vírus por possuir casas de inferior qualidade quando comparadas às pessoas que apresentam um poder aquisitivo melhor. Esses indivíduos geralmente vivem em números maiores de pessoas dentro de residências pequenas, sendo essas mesmas pessoas que utilizam o transporte público com maior ajuntamento de pessoas dentro de ônibus/metrô/trem, o que acarreta uma maior dificuldade no dis-

tanciamento social. Possuem também uma suscetibilidade diferencial por ter um aporte alimentar escasso e com menor qualidade nutricional, o que acaba gerando estresse psicológico constante nesses indivíduos e, não menos importante, a dificuldade em conseguir acessar os profissionais de saúde, que são de suma importância nesse momento (DEMENECH *et al.*, 2020; RODRIGUES *et al.*, 2021).

Tal realidade é previsível nas grandes metrópoles brasileiras, cindidas pela desigualdade social e caracterizadas pela dualidade de abrigar áreas ricas e prósperas e, ao mesmo tempo, inúmeras favelas. Não por acaso as duas grandes metrópoles do Brasil, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, estão em primeiro lugar no número de confirmados. Obviamente, esses números já eram esperados devido ao grande número de pessoas que vivem nesses estados, à desigualdade e ao fato de estar na liderança de viagens internacionais, ou seja, além do fator local, acabam sendo grandes enteadas no fluxo de transmissão internacional da Covid-19. Em 2020, os maiores números de casos depois de São Paulo e Rio de Janeiro foram os estados do Amazonas, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Bahia (BOMBARDI; NEPOMUCENO, 2020). Com a progressão da pandemia o quadro alterou-se, e em novembro de 2021 os recordes de casos e óbitos por Covid-19 concentraram-se nas regiões Sudeste e Sul na seguinte ordem: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Os estados da região Nordeste do país tiveram uma série de estratégias orquestradas coletivamente e contaram com a assessoria de um comitê científico de apoio ao combate da pandemia do novo coronavírus, que foi instituído nos termos da Resolução nº 05/2020 no âmbito do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste, com a finalidade de assessorar os Estados consorciados na adoção de medidas para a prevenção, o controle e a contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença e a estruturação do sistema de saúde para o atendimento da população (BRASIL, 2020). Embora as orientações não tenham sido integralmente seguidas (LIMA *et al.*, 2020), observam-se claramente os impactos positivos da estratégia antinegacionista e cientificista construída oportunamente pela região que, mes-

mo empobrecida, salvaguardou a vida de muitos cidadãos (FERNANDEZ; PINTO, 2020; LIMA *et al.*, 2020a; BOMBARDI; NEPOMUCENO, 2020; REZENDE, 2021).

No caso do Nordeste, observa-se claramente o quanto a estratégia política em todos os entes federados também pode ser um determinante/condicionante da saúde e da doença. Conforme a atual regulação, a distribuição dos serviços de água e esgoto sanitário são de competência dos municípios, assegurando seu dever e elaborando os Planos Municipais de Saneamento Básico e ampliando a abrangência com o objetivo de alcançar o acesso universal (FUNDO INTERNACIONAL DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA [UNICEF], 2020). No Brasil, o provimento da assistência à saúde é também descentralizado e de responsabilidade dos municípios e estados. No caso do Nordeste, observa-se claramente o quanto as estratégias dos municípios podem e devem ser orquestradas pelos estados e, quando se olha para o cenário nacional, é natural a associação entre os impactos da opção do governo federal de propagar o vírus (CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE DIREITO SANITÁRIO DA FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO [CEPEDISA-USP]; CONECTAS, 2021), o descalço com a articulação interfederativa e o desfecho de mais de 600 mil mortos, denunciado pela Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) da Pandemia (SENADO FEDERAL, 2021).

A atual crise gerou falta de informações coerentes e acúmulo de vulnerabilidades, fazendo com que milhares de indivíduos ficassem sem proteção pela inexistência de ações sociais protetivas em todo o país. Ademais, instalou-se um desastre socioeconômico nas metrópoles com impactos ainda mais severos nas favelas e periferias urbanas em virtude das tentativas de adoção de determinações de isolamento social, sem técnicas coordenadas e receptivas que garantissem à população mais carente condições mínimas de estabilidade e trabalho (DOMINGUEZ; KLINK, 2021).

Nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a respeito das infraestruturas urbanas, essa realidade fica evidente quando se observam a temporalidade das políticas e a precariedade do acesso à água para a

finalidade de medidas preventivas simples, como lavar as mãos e a limpeza periódica das casas. Mais do que simplesmente apontar as inúmeras dimensões dos impactos sobre lugares e comunidades, o presente acontecimento mostra-nos as barreiras impostas ao enfrentamento do vírus e seu desdobramento por parte das tradicionais ineficientes políticas de planejamento urbano (DOMINGUEZ; KLINK, 2021).

No estado do Rio Grande do Sul, autores referiram que a economia foi muito afetada devido a medidas que foram impostas pelos governantes mundiais, tais medidas como fechamento de fronteiras, barreiras de comércio internacional, mantendo apenas os comércios de alimentação e o setor da saúde, somados a medidas locais que foram necessárias para a contenção do vírus: interrupção das aulas presenciais nas escolas e fechamento do comércio não essencial, por exemplo (MARTIN; MARTIN, 2020). Dessa forma, esses mesmos autores apontam que as medidas que foram impostas afetaram o setor da economia, o que justificaria medidas tomadas pelos comércios, bancos e instituições, mostrando os impactos da Covid-19 na saúde, na educação e na economia. Entretanto, esses autores não citam em momento algum desigualdade ou periferia ou comunidades ou favela ou vulnerabilidade social e reproduzem claramente as opções governamentais adotadas pelo estado e seu alinhamento à época com o discurso neoliberal do governo federal.

Considerando esse cenário, observa-se que as medidas impostas e a estratégia de defesa da “economia” acima de tudo não só falharam no controle do vírus, como também resultaram em uma diminuição repentina nas suposições de estabilidade econômica desse estado, que, embora não seja pobre, é o espaço onde vivem muitos trabalhadores empobrecidos. A pandemia acarretou o agravamento de instabilidades nos mais diferentes setores e resultou em impactos diretos na oferta de trabalho, que historicamente já vinha em crise no estado do Rio Grande do Sul (DUARTE; MARZULLO; SCHUMANN, 2021). Ao que tudo indica, a economia neoliberal (vigente no estado), orquestrada pelo modo de produção capitalista, que gera desemprego como um subproduto previsível (MARX, 1867), já estava em crise há muitas décadas e apenas se valeu da pandemia para seguir explorando e aniqui-

lando o trabalhador e o cidadão empobrecido das grandes cidades, colocando-o na marginalidade imposta pelo aumento do desemprego, que se somou aos impactos oriundos da pandemia de Covid-19.

Ações desenvolvidas por comunidades de Porto Alegre para enfrentamento da pandemia de Covid-19

Os impactos gerados nas grandes metrópoles e em suas comunidades vulnerabilizadas tanto pelo processo histórico, econômico e social preexistente como pela chegada da Covid-19 empurraram os territórios e os obrigaram ao desenvolvimento de inúmeras ações e estratégias locais voltadas ao enfrentamento da pandemia e à luta pela sobrevivência. Em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, não foi diferente (CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS DO RIO GRANDE DO SUL [CEDH-RS], 2021). Em em 2010, cerca 13,7% da população do município viviam em área de moradia precária e 12,11% dos domicílios possuíam rendimento domiciliar per capita de até meio salário mínimo (OBSERVA POA, 2013), situação que – mesmo sem dados atualizados – teve uma tendência à piora por causa da crise econômica iniciada em 2015, precarização e informalização do trabalho, crescente desemprego e consequências da pandemia.

O primeiro caso de Covid-19 no Rio Grande do Sul foi comprovado em 10 de março. Dois dias após, o governo do Estado informou o primeiro de inúmeros decretos sobre o assunto, trazendo algumas medidas de precaução nos órgãos públicos, como a suspensão de eventos e a criação do teletrabalho para trabalhadores que tivessem algum contato com casos suspeitos ou confirmados ou que tivessem voltado de viagens para lugares onde havia transmissão comunitária de Covid-19 (SOARES *et al.*, 2020). Em Porto Alegre, iniciou-se uma série de medidas preventivas à Covid-19, como a criação e divulgação de inúmeros decretos, delimitação de protocolos baseados em orientações internacionais e em pactuação com o governo do Estado do Rio Grande do Sul no propósito de conter a contaminação (SOARES *et al.*, 2020) e salvaguardar a economia, mesmo que às custas das vidas dos cidadãos

porto-alegrenses, como citado pelo prefeito da capital gaúcha em entrevista (ESTADO DE MINAS, 2021).

Segundo dados da Secretaria Estadual da Saúde (SES), o início da pandemia ocorreu, predominantemente, em zonas de maior renda, porém chegou à periferia de Porto Alegre, estando inicialmente os bairros *Sarandi*, *Rubem Berta*, *Lomba do Pinheiro*, *Restinga* e *Partenon* no topo dos bairros com maior número de casos e mortes (HARTMANN, 2020). Com a falta de apoio do Estado, que se limitou a um escasso auxílio financeiro, e com a ausência de circunstâncias concretas que permitissem à população vulnerabilizada o cumprimento das orientações referentes ao isolamento, as próprias comunidades reuniram-se no intuito de conter a fome e a multiplicação do vírus, questões que se somaram exponencialmente aos problemas já existentes em territórios marcados material e imaterialmente pela desigualdade social histórica que caracteriza a cidade (ILHA, 2020).

Na *Grande Cruzeiro*, que reúne em torno de 32 vilas na periferia de Porto Alegre, foram realizadas ações de combate à instabilidade provocada pelo vírus, principalmente a escassez de comida, que se refletiu nas famílias mais necessitadas (ILHA, 2020). Diante dessa realidade, inúmeras ações foram desenvolvidas, constituindo parcerias entre moradores orquestradas por líderes comunitários e voluntários da sociedade civil, instituições e professores e estudantes das universidades.

Um dos projetos que foi desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para comunidades dos bairros Morro Santana e Glória/Cruzeiro/Cristal em Porto Alegre foi a arrecadação de alimentos e distribuição de álcool em gel para os moradores das periferias. Esse projeto levou o nome de Rede de Solidariedade com e pela comunidade contra o coronavírus (Solicom), que contou com a ajuda e a participação de 30 estudantes e 60 docentes da universidade, que trabalharam em parceria com os movimentos A Periferia Move o Mundo e Frente Favela Brasil (BOFILL, 2020). Contudo, cabe ressaltar que a iniciativa não partiu da instituição e sim de uma mobilização isolada de alguns docentes, que, comprometidos com o território, mobilizaram pessoas até que o envolvimento da universidade fosse materializado.

No final de 2020, o movimento A Periferia Move o Mundo foi formado com o intuito de ajudar cinco creches comunitárias da Grande Cruzeiro, uma vez que essas foram desassistidas pela prefeitura de Porto Alegre e desamparadas no aporte da alimentação pela gestão municipal. Por não haver estoque de alimentos arrecadados para as creches, moradores e ativistas conseguiram três pontos de coleta e a doação de cem cestas básicas junto a UFRGS para que se iniciasse a distribuição desses alimentos. A partir disso, A Periferia Move o Mundo chegou a doar cerca de 160 cestas ou 1,7 toneladas de alimentos (ILHA, 2020).

Outra ação que também foi realizada nessa região foi um projeto criado por estudantes e professoras da disciplina de Urbanismo I na Faculdade de Arquitetura da UFRGS junto à parceria de líderes comunitários e moradores, em que se arrecadaram mais de R\$ 6.000,00, que geraram 120 cestas básicas, distribuídas nas comunidades (LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS [LEURB], 2020). A distribuição de cestas básicas também contou com uma ajuda das *Brigadas Populares*, um grupo de voluntários que realizou um mapeamento dos casos mais significativos para que se fizessem as doações. Os voluntários buscaram as áreas mais vulneráveis para o cadastro da situação dessas famílias, buscando identificar o número de crianças por domicílio, de idosos, presença de doenças crônicas e renda (ILHA, 2020).

De acordo com as informações, os “cuidadores de beco” começaram a acompanhar as famílias escolhidas e distribuíram essas doações, sempre monitorando para que a escolha não gerasse nenhuma insatisfação entre vizinhos ou até mesmo retaliações. Diante desse cenário, cada um dos 18 voluntários ficou encarregado de 15 famílias, ou seja, aproximadamente 300 famílias. Esse grupo de voluntários conseguiu arrecadar em torno de nove toneladas de alimentos, fazendo com que parte desse volume abastecesse famílias em extrema vulnerabilidade em outras regiões da cidade (ILHA, 2020).

Na mesma região da cidade, há ainda a *União de Vilas da Cruzeiro*, que agrupa diversas comunidades, instituições e organizações da Grande Cruzeiro. Desde que iniciou a pandemia, essa entidade dedicou-se a ouvir e compreender quais eram as principais dificuldades

expostas pelas famílias que vivem nessas comunidades. A partir disso, começaram a criar algumas estratégias de planejamento e organização para que houvesse a distribuição de cestas básicas, produtos de higiene e, não menos importante, informações aos moradores dessas comunidades sobre como se proteger da Covid-19, contribuindo também para a renovação de espaços públicos e realizando protestos contra o fechamento de escolas e unidade básicas de saúde (FERREIRA, 2020a).

A *União de Vilas*, por exemplo, buscou identificar famílias em sua base de atuação, que estão “escondidas” e invisibilizadas, não sendo incluídas nos programas sociais municipais, estaduais ou federais. Isso significa que se encontravam completamente vulnerabilizadas e que precisavam ser consideradas prioritárias em questão de assistência. O grupo que coordenava pressupunha a época em que existiam em toda a *Grande Cruzeiro* em torno de 700 famílias nessa situação – principalmente no chamado *Buraco Quente* e na *Vila Ecológica*, locais de extrema pobreza na região (ILHA, 2020).

Esse processo de identificação das famílias ocorreu a partir de uma lógica de organização comunitária que primou pela participação decisiva de lideranças locais, que contribuíram na identificação dos moradores mais vulneráveis, bem como com o cuidado na rotatividade de acesso às escassas doações em face da demanda. Nesse sentido, o referido movimento local buscou aliar a necessária ajuda às famílias ao trabalho de fomento e fortalecimento da organização comunitária. Assim, buscou uma leitura estratégica de médio e longo prazos sob a compreensão de que as lutas sociais não iniciaram com a pandemia e tampouco se esgotarão com um eventual cenário sanitário mais favorável.

Ademais, pelo que se observa, nesse sentido agentes e comunidades de alguns bairros da cidade de Porto Alegre ampliaram e organizaram, além do combate à fome, redes de apoio/luta. Essas redes foram organizadas para diminuir o impacto da pandemia nas comunidades mais vulneráveis e para dar conta da inexistência de base e apoio que cobrassem a responsabilidade das instituições públicas (SOARES *et al.*, 2020).

O Movimento de Mulheres Olga Benário desenvolveu a campanha de apoio a diaristas, que nasceu de solicitações das coordenadoras, recepcionadas e abrigadas da *Casa de Referência Mulheres Mirabal*. Essa campanha teve como objetivo, primeiramente, arrecadar doações de comida e mercadorias de higiene e limpeza e transferi-los para mulheres que procuravam a campanha, seja através da internet ou da *Casa de Referência Mulheres Mirabal*. Logo no início, a campanha foi capaz entregar oito kits contendo alimentos não perecíveis e também contendo alguns itens de higiene e limpeza. No decorrer do tempo, inúmeras mulheres começaram a buscar o movimento em busca do auxílio (SOARES et al., 2020).

O *Margem Laboratório* (2020), da UFRGS, denunciou também a desigualdade digital nos territórios da cidade e a repercussão das dificuldades impostas pela dificuldade de acesso à internet na vida urbana e seus impactos tanto no acesso aos serviços públicos como à educação e ao direito à cidade propriamente dito. Com Oficinas de Narrativa Popular, entre agosto e setembro de 2020, criou-se um espaço de troca de saberes e escuta em locais caracterizados pela vulnerabilidade social na cidade e dessas produziu-se um documentário. Todo o método de construção do documentário foi assistido pelos narradores, que criaram parte das oficinas através de narrativas dos moradores de periferias, que puderam trazer seus relatos das dificuldades cotidianas. As vozes que constituem o documentário vêm do *Morro da Cruz*, *Campo da Tuca*, *Vila Liberdade*, *Ocupação Zumbi dos Palmares*, *Centro de Referência Afroindígena do RS* e do *Assentamento 20 de Novembro*. Essas vozes denunciam e dão visibilidade à perversidade de um Estado que, quando mais deveria cuidar, exclui e violenta das formas mais concretas, como o descaso com a fome ou com a saúde pública, que foi terceirizada em plena pandemia, até as mais invisíveis, como a exclusão digital (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL [UFRGS], 2021).

Apesar disso, a periferia resiste e encontra seus caminhos. A parceria com o *Movimento Sem Terra* (MST) em 2020, por exemplo, possibilitou que muitas famílias tivessem alimento na mesa na cidade de Porto Alegre a partir da doação de alimentos para a distribuição de 5,3

mil marmitas. Também teve um *drive-thru*, montado em frente ao *Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA)* para a distribuição de 300 marmitas, que foram entregues por motoqueiros parceiros às famílias em situação de vulnerabilidade social das comunidades da capital gaúcha (FERREIRA; REINHOLZ, 2020).

Na região da Restinga, onde há o maior complexo de vilas da capital e também algumas das comunidades mais desprotegidas, o isolamento manteve-se em baixa, e a escassez de alimentos foi uma constante. Casas com difícil acesso, infraestrutura precária, sem saneamento e muitas ainda sem banheiro e chuveiro ilustram a situação precária a que são submetidas vidas esquecidas. Ali, a *Casa Emancipa*, uma ONG de educação popular, distribuiu inúmeras cestas básicas e também conseguiu compartilhar 200 quentinhas nas ruas da Restinga, isso incluindo tanto famílias carentes como os moradores de rua. Toda essa ação contou com o apoio de professores da Escola Estadual Pessoa de Brum, amigos e pessoas anônimas (ILHA, 2020).

Uma ação denominada *Pandemia com Empatia*, que conta com uma grande rede de suporte, surgiu através de um grupo de mulheres da Restinga, que se juntou pela defesa dos moradores do território e que começou a produzir voluntariamente máscaras para as famílias que têm dificuldades em adquirir esse produto de proteção nesse momento de pandemia de Covid-19 (FERREIRA, 2020a). As máscaras que foram doadas são produzidas por costureiras da comunidade através de doações de matéria-prima, contando com a importante ajuda dos moradores e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Essas máscaras foram doadas em um saquinho devidamente higienizado, obtendo duas unidades e um manual de como utilizá-las (FERREIRA, 2020a).

Na *Lomba do Pinheiro*, um dos três bairros mais populosos de Porto Alegre e onde se localizam dezenas de vilas, nove cozinhas acolhem a comunidade, sendo que essas cozinhas têm o apoio do *Comitê de Combate à Fome*, servindo cerca de 200 refeições nas quartas-feiras. As cozinhas operam através de núcleos, onde as pessoas que são voluntárias fazem a produção desses alimentos, que são doados para a comunidade. Além da doação de marmitas, existe também um núcleo

específico responsável pela tarefa de arrecadação e distribuição de alimentos, roupas e calçados (DIAS *et al.*, 2020).

Destaca-se ainda que, apesar de todas essas iniciativas, a fome nos territórios só aumentou nesse período e os velhos problemas se agravaram. Um deles, que afeta as periferias, especialmente em Porto Alegre, é a recorrente falta de água. Considerando a orientação vigente até este momento de frequente lavagem das mãos e das máscaras e sendo a água um item indispensável à manutenção da vida, é fácil compreender que a ação comunitária tem capacidade limitada de intervir sobre o problema, fazendo com que a ausência dela tenha colocado, e ainda coloque, inúmeras pessoas à mercê do vírus (REINHOLZ, 2020).

As ações desenvolvidas nas comunidades seguem e parecem ampliar-se muito para além das que foram apresentadas aqui. Todavia, muitas não chegaram a encontrar nas mídias ou na academia uma forma de divulgação e incentivo, mesmo tendo possibilitado a sobrevivência de muitas famílias. O justo reconhecimento de sua importância é urgente, mesmo que saibamos que as ações comunitárias não poderão ocupar um espaço que precisa ser do Estado. Diante da desigualdade social e do modo de produção capitalista, que empurra a periferia ao abismo, não há a menor perspectiva de que se possa prover a dignidade e a cidadania das pessoas a não ser que tenhamos radicais e efetivas ações de equidade que protejam os menos favorecidos com a estatização total de setores fundamentais à manutenção da vida, tais como água, energia elétrica, saúde, com a reforma agrária necessária à soberania alimentar e com a taxação das grandes fortunas para que garantias sejam realmente dadas a esse povo sofrido que luta praticamente sozinho.

Algumas considerações finais

Este ensaio mostrou o quanto a pandemia não foi igual para todos, pois evidenciou o quanto as escolhas dos governos neoliberais tanto do país como do estado e do município de Porto Alegre fragilizaram as relações e colocaram as comunidades em uma situação de vulnerabilização extrema. Essas comunidades organizaram-se e desenvolveram estratégias de sobrevivência e de prevenção e de combate ao

vírus, amparadas no terceiro setor, em universidades, escolas e no voluntariado anônimo.

Também ficou evidente o pouco espaço que se dá para a divulgação das estratégias desenvolvidas nos territórios, sendo que a maioria dos artigos científicos utilizados nessa revisão, mesmo que contra-hegemônicos, ainda versa muito mais sobre questões da macropolítica, economia, ciências sociais e políticas do que de fato sobre a construção de práxis. À medida que a revisão foi se aproximando dos territórios locais, também se precisou aproximar da mídia alternativa. Ao que parece, a luta cotidiana da periferia interessa a poucos.

Tal fato marca a importância de fortalecer e dar visibilidade aos movimentos comunitários como tática de sobrevivência e de articulação política. É possível e provável que muitas outras experiências tenham sido desenvolvidas e não estejam neste ensaio pela dificuldade em encontrar os relatos de tais experiências. E, por outro lado, não é possível se colocar ao lado e lutar junto do que não se vê, do que é invisibilizado estrategicamente. Sozinhos, os movimentos comunitários fatidicamente ficam tomados pela tarefa praticamente única e exclusiva de garantir um prato de comida, mas esse nunca será o suficiente.

Olhar para os impactos da pandemia nesses espaços faz pensar na necessidade urgente de transformação social, com base em poder popular, em representatividade, para que se possa então pensar em um Estado que, diante de qualquer cenário, seja capaz de ser representado por seus cidadãos de cada periferia, que represente suporte e não seja mais um motivo de sofrimento para seu povo.

Introduzir outros estudos que tragam a questão da narrativa das comunidades para pensar em estratégias com elas e para elas a partir do próprio olhar das comunidades também é muito importante e coloca a universidade a serviço do povo. Ensaio como esse que, embora tenham limitações, se debruçam não apenas sobre a produção acadêmica, que muitas vezes é enviesada e reproduz o modelo neoliberal, podem ser instrumentos úteis tanto para o registro como para o planejamento de novas ações. Esse conjunto de informações dialoga tanto com os saberes acadêmicos como com as mídias hegemônicas e alter-

nativas de forma ampla e plural, permitindo ampliar a capacidade de análise de conjuntura.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). **Coronavírus nas favelas: É difícil falar sobre perigo quando há naturalização do risco de vida**. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/coronavirus-nas-favelas-e-dificil-falar-sobre-perigo-quando-ha-naturalizacao-do-risco-de-vida/46098/>>. Acesso em: 22 set. 2021.

BOFILL, M. G. **Projeto da UFRGS promove ações para auxiliar comunidades de Porto Alegre durante a crise do coronavírus**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/03/25/projeto-da-ufrgs-promove-acoes-para-auxiliar-comunidades-de-porto-alegre-durante-a-crise-do-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BOMBARDI, L. M.; NEPOMUCENO, P. L. M. **Covid-19, desigualdade social e tragédia no Brasil**. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/covid-19-desigualdade-social-e-tragedia-no-brasil/>>. Acesso em: 28 out. 2021.

BRASIL. **Auxílio Emergencial está liberado para nascidos em janeiro**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/11/auxilio-emergencial-esta-liberado-para-nascidos-em-janeiro.2021>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 05/2020, de 31 março de 2020**. 2020. Disponível em: <http://www.consorcionordeste-ne.com.br/wp-content/uploads/2020/06/resolucao_005_institui_o_comite_cientifico_de_apoio_ao_combate_a_pandemia_do_coronavi%CC%81rus.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BUCKERIDGE, I.; PHILIPPI JUNIOR, A. **Ciência e políticas públicas nas cidades: revelações da pandemia da Covid-19**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/TTsNQygCtskcwB4XmhQqp4D/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE DIREITO SANITÁRIO DA FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO [CEPEDISA-USP]; CONECTAS (2021). Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil. **Boletim Direitos na Pandemia**, 10. Disponível em: <[86](https://cepedisa.org.br/publicacoes/#:~:text=)

Download-, Boletim%20Direitos%20na%20Pandemia%20n., de%20norma%20e%20%C3%B3rg%C3%A3o%20emissor>. Acesso em: 05 nov. 2021.

CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS DO RIO GRANDE DO SUL (CEDH-RS). **CEDH-RS recomenda a criação de um plano emergencial para às comunidades em vulnerabilidade social**. 2020. Disponível em: <<https://cedhrs.wordpress.com/2020/04/01/cedh-rs-recomenda-a-criacao-de-um-plano-emergencial-para-as-comunidades-em-vulnerabilidade-social/>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

CRUZ, V. **Equipe econômica do governo teme nova derrota no Auxílio Brasil**. G1 [on-line]. Out. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2021/10/28/equipe-economica-do-governo-teme-nova-derrota-no-auxilio-brasil.ghtml>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

DEMENECH, L. M. *et al.* Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por Covid-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. 9-11, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/fm3gkNqTH9XS9nBfqcGwgfG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

DIAS, V. M. C. H. *et al.* Orientações sobre Diagnóstico, Tratamento e Isolamento de Pacientes com Covid-19. **Journal Infection Control** [on-line], v. 9, n. 2, abr./jun 2020. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/05/Journal_Infection_Control.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

DOMINGUEZ, M. T.; KLINK, J. J. **Metrópoles em tempos de pandemia: mapeando territórios subversivos nas RMSP e RMRJ**. p. 933. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cm/a/SM9TDzgNVS7ZjqdqxtzS3kq/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

DUARTE, T. S.; MARZULLO, M.; SCHUMANN, E. **Muito além da Pandemia: A histórica crise no mercado de trabalho formal e os impactos da Covid-19 nos empregos do Rio Grande do Sul**. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/49670/30089>>. Acesso em: 29 out. 2021.

ESTADO DE MINAS. Contribua com a sua vida para que a gente salve a economia, diz prefeito. **Estado de Minas** [on-line], fev. 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/02/25/interna_nacional,1241134/contribua-com-a-sua-vida-para-que-a-gente-salve-a-economia-diz-prefeito.shtml>. Acesso em: 09 nov 2021.

FERNANDEZ, M. V.; PINTO, H.U. Estratégia intergovernamental de atuação dos estados brasileiros: o Consórcio Nordeste e as políticas de saúde no enfrentamento à Covid-19. **Saúde em Redes**, v. 6, n. 2, Suplem., 2020. Disponível em: <<http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/3150/0>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

FERREIRA, M. Mulheres da periferia de Porto Alegre produzem 5 mil máscaras para quem mais precisa. **Brasil de Fato** [on-line], abr. 2020a. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/28/mulheres-da-periferia-de-porto-alegre-produzem-5-mil-mascaras-para-quem-mais-precisa>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

FERREIRA, M. União de Vilas desperta o poder popular para encarar o coronavírus na periferia. **Brasil de Fato** [on-line], jul. 2020b. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/08/uniao-de-vilas-desperta-o-poder-popular-para-encarar-o-coronavirus-na-periferia>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

FERREIRA, M.; REINHOLZ, F. Cozinhas comunitárias fazem o trabalho que o governo não faz durante a pandemia. **Brasil de Fato** [on-line], 25 set. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/25/cozinhas-comunitarias-fazem-o-trabalho-que-o-governo-nao-faz-durante-a-pandemia#>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

FORTES, A.; OLIVEIRA, L. D.; SOUSA, G. M. A Covid-19 na Baixada Fluminense: Colapso e apreensão a partir da periferia metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, ano IX, n. 18, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.4000/espacoconomia.13591>>. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoconomia/13591>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

FREITAS, C. M.; SILVA, I. V. de; CIDADE, N. da C. Covid-19 As a global disaster: Challenges to risk governance and social vulnerability in Brazil. **Ambiente & Sociedade** [on-line], v. 23, e0115, 2020. ISSN 1809-4422. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200115vu2020L3ID>>. Acesso em: 08 mar. 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **O papel fundamental do saneamento e da promoção da higiene na resposta à Covid-19 no Brasil**. Nota técnica. Ago. 2020. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/9721/file/notatecnica-saneamento-higiene-na-resposta-a-covid-19.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2021.

G1. Ciência e Saúde. Cronologia da expansão do novo coronavírus descoberto na China. **G1** [on-line], jan. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/>>

ciencia-e-saude/noticia/2020/01/22/cronologia-da-expansao-do-novo-coronavirus-descoberto-na-china.ghtml>. 22/01/2020. Acesso em: 09 nov 2021.

GAGO, V.; CAVALLERO, L. Dívida, moradia e trabalho: uma agenda feminista para o pós-pandemia. **Medium**, 18 abr. 2020. Laboratório de Teorias e Práticas Feministas (PACC-UFRJ). Disponível em: <<https://medium.com/laborat%C3%B3rio-de-teorias-e-pr%C3%A1ticasfeministas-pacc/d%C3%ADvida-habita%C3%A7%C3%A3o-e-trabalhouma-agenda-feminista-para-o-p%C3%B3s-pandemia-9776cad9c302>>. Acesso em: 08 mar. 2022.

GOMES, L. Auxílio emergencial gaúcho prometia beneficiar 8,1 mil mulheres, mas apenas 695 receberam. **Sul 21** [on-line], ago. 2021. Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/politica/2021/08/auxilio-emergencial-gaucha-prometia-beneficiar-81-mil-mulheres-mas-apenas-695-receberam/>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

GUARNIERI, J. M. *et al.* Realidades brasileiras e estratégias populares de enfrentamento à Covid-19. In: MARTINS, A. B. *et al.* (orgs.). **A pandemia e a saúde coletiva**: produzindo conhecimentos e tecnologias no cotidiano. São Leopoldo: Oikos, 2021. v. 1, p. 25-40.

HARTMANN, M. Bairros pobres de Porto Alegre Lideram Casos E Mortes Por Coronavírus. **Jornal Zero Hora** [on-line]. Porto Alegre, 22 dez. 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/12/bairros-pobres-de-porto-alegre-lideram-casos-e-mortes-por-coronavirus-ckj0gusmi0003019w5qh2g79h.html>>. Acesso em: 07 nov. 2021.

ILHA, F. A periferia luta sozinha contra a pandemia. **Extra Classe** [on-line], 14 maio 2020. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/movimento/2020/05/a-periferia-luta-sozinha-contr-a-pandemia/>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS (LEURB). Leurb ajudou o fundo de apoio à vila união Santa Tereza. **Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul** [on-line], 04 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/arquitetura/leurb-ajudou-o-fundo-de-apoio-a-vila-uniao-santa-tereza/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

LEHER, R. Universidades públicas, aulas remotas e os desafios da ameaça neofascista no Brasil. **Carta Maior** [on-line], jun. 2020. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Universidades-publicas-aulas-remotas-e-os-desafios-da-ameacaneofascista-no-Brasil/54/47699>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

LIMA, D. L. F. *et al.* Covid-19 no estado do Ceará, Brasil: comportamentos e crenças na chegada da pandemia. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1578-1582, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/BtsPz7tPKSDfhTRKMzFCYCR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

MARTIN, M. C. S; MARTIN, M. C. S. Impactos iniciais da Covid-19 no Estado do Rio Grande do Sul. **Boletim de conjuntura**, Ano II, v. 2, n. 4, Boa Vista, 2020. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/boca/article/view/San-Martin/2862>>. Acesso em: 28 out. 2021.

MARX, K. **O Capital**. Livro I, v. 1, 1867.

MORTARI, M. Equipe econômica tem disputa contratada com mundo político na renovação do auxílio emergencial. **InfoMoney** [on-line], fev. 2021. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/politica/equipe-economica-tem-disputa-contratada-com-mundo-politico-na-renovacao-do-auxilio-emergencial/>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

OBSERVA POA. Conhecendo as favelas de Porto Alegre. **Observa POA** [on-line], nov. 2013. Disponível em: <http://observapoa.com.br/default.php?reg=337&p_secao=17>. Acesso em: 08 mar. 2022.

REINHOLZ, F. Periferias de Porto Alegre sofrem com falta de água durante pandemia de coronavírus. **Brasil de Fato** [on-line], 24 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/24/periferias-de-porto-alegre-sofrem-com-falta-de-agua-durante-pandemia-de-coronavirus>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

REZENDE, S. Um exemplo do Nordeste: não ao negacionismo da ciência. **Poder 360** [on-line], 10 out. 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/opiniao/coronavirus/um-exemplo-do-nordeste-nao-ao-negacionismo-da-ciencia-por-sergio-rezende/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 15.604 de 12/04/2021**. Institui o auxílio emergencial de apoio à atividade econômica e de proteção social, bem como estabelece medidas excepcionais de enfrentamento às consequências econômicas e sociais decorrentes da pandemia de Covid-19 para o Estado do Rio Grande do Sul. 2021a. Disponível em : <https://www.legisc.com.br/dim/plantoes/16-04-2021/beneficio_emergencial_lei.htm#:~:text=A%20LEI%20N%C2%BA%2015.604%20de,do%20Rio%20Grande%20do%20Sul>. Acesso em: 11 out. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Governo recebe R\$ 7 milhões da Assembleia para reforçar o Auxílio Emergencial Gaúcho**. 2021b. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/governo-recebe-r-7-milhoes-da-assembleia-para-reforcar-o-auxilio-emergencial-gaucha>>. Acesso em: 02 nov. 2021.

RODRIGUES, M. dos S. *et al.* Análise da evolução do Sars-Cov-2 no Rio Grande do Sul e reflexões acerca do modelo de distanciamento controlado. Dossiê Aspectos geográficos da pandemia de Covid-19. **Confins**, n. 52, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.4000/confins.40889>>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/40889#quotation>>. Acesso em: 24 fev. 2022.

SANTA'ANA, J. Guedes confirma auxílio de R\$ 400 até 2022 e diz que estuda forma de alterar teto de gastos. **G1, Economia** [on-line], 20 out. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/10/20/guedes-confirma-auxilio-de-r-400-ate-2022-e-diz-que-estuda-forma-de-alterar-teto-de-gastos.ghtml>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SENADO FEDERAL. CPI da Pandemia. Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia. Instituída pelos Requerimentos nos 1.371 e 1.372, de 2021. Relatório Final. **Senado Federal** [on-line], out. 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1wyq0Lwe0a6mLRz1a4xKqdpjarlWTDXPj/view>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SILVA, G. A.; JARDIM, B. C.; SANTOS, C. V. B. dos. Excesso de mortalidade no Brasil em tempos de Covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva** [on-line], v. 25, n. 9, p. 3.345-3.354, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2020.v25n9/3345-3354/pt>>. Acesso em: 21 out. 2021.

SOARES, P. R. R. *et al.* A pandemia de Covid-19 NO Rio Grande do Sul e na Metrôpoles de Porto Alegre. **Observatório das metrópoles**, 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Dossi%C3%AA-N%C3%BAcleo-Porto-Alegre_An%C3%A1lise-Local_Julho-2020.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2021.

THUSWOHL, M. Favelas do Rio registram mais mortes por Covid-19 que muitos países. **Carta Capital** [on-line], mar. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/favelas-do-rio-registram-mais-mortes-por-covid-19-que-muitos-paises/>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Brasil e o mundo diante da Covid-19 e da crise econômica. **PET Economia – UFPR**, /S. l./, p. 102, 2020. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portalfpr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-o-mundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). O Margem_Laboratório. **Vídeo-Documentário Pandemia e Periferia (2020)**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/margemlab/video-documentario-pandemia-e-periferia/>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

VELOSO, L. Demora em testes ainda atrapalha combate a covid-19 nas periferias. **Folha de São Paulo**, abr. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/demora-em-testes-ainda-atrapalha-combate-a-covid-19-nas-periferias.shtml>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Brasil, país do futuro do pretérito**. Série Pandemia. Editora N-1. 2019.

WERNECK, G. L.; CARVALHO, M. S. A pandemia de Covid-19 no Brasil: Crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.l.], v. 36, n. 5, p. 1-4, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.190/0102-311X00068820>>. Acesso em: 09 nov. 2021.